

Elisabeth Trampert

Schwarzer Weg 17

D-22949 Ammersbek

00100 176626/2017-14
02010119 (im tram)
(20/10/2017)

Elisabeth Trampert, Schwarzer Weg 17, D-22949 Ammersbek

22 NOV 2017

Präsident des Bundessenats Eunício de Oliveira
Praça dos Três Poderes
Senado Federal, Anexo I – 17º
Pavimento, Brasília, DF
CEP: 70165-900,
BRASÍLIA

Junte-se ao processado do

nº 44 de 2016

Em 12/04/18

11. Oktober 2017

Mr. Hilário José

Gesetzentwurf über Militärgerichte

Sehr geehrter Herr Senator,

mit großer Sorge habe ich erfahren, dass der brasilianische Senat über einen Gesetzentwurf berät, der vorsieht, dass Menschenrechtsverletzungen, die von Militärangehörigen gegen Zivilpersonen begangen wurden, vor Militärgerichten verhandelt werden können. Hierzu zählen auch Straftaten wie Tötungen und außergerichtliche Hinrichtungen. Sollte die Gesetzesvorlage angenommen werden, so würde dies gegen die Rechte auf ein faires Gerichtsverfahren, auf richterliche Unabhängigkeit und auf unparteiische Urteilsfindung verstoßen.

- Bitte lehnen Sie den Gesetzentwurf Nr. 44/2016 ab, da ansonsten Straftaten, die von Militärangehörigen gegen Zivilpersonen begangen werden, vor Militärgerichten verhandelt werden können.
- Sorgen Sie bitte dringend dafür, dass jegliche Entwürfe zur Änderung des Strafjustizsystems in vollem Umfang den internationalen Standards für faire Gerichtsverfahren entsprechen.

Mit freundlichen Grüßen

Elisabeth Trampert

Botschaft der Föderativen Republik Brasilien, S. E. Herrn Mario Vilalva, Wallstraße 57
10179 Berlin, Fax: 030 – 7262 83 20



Elisabeth Trampert

Schwarzer Weg 17

D-22949 Ammersbek

Elisabeth Trampert Schwarzer Weg 17 D-22949 Ammersbek

Präsident des Bundessenats [Presidente do Senado
Federal] Eunício de Oliveira
Praça dos Três Poderes
Senado Federal, Anexo I – 17º
Pavimento, Brasília, DF
CEP: 70165-900,
Brasilien

11 de outubro de 2017

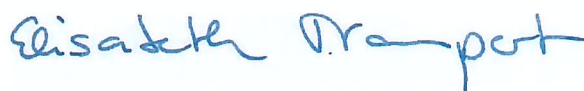
Projeto de lei sobre tribunais militares

Ilustríssimo Senhor Senador,

Causou-me grande apreensão saber que o Senado brasileiro está debatendo um projeto de lei para permitir que violações de direitos humanos cometidas por pessoal militar contra civis sejam julgadas por tribunais militares. Isso inclui também crimes como assassinatos e execuções extrajudiciais. A aprovação do projeto de lei violaria os direitos a um processo judicial justo, à autonomia judicial e a um veredicto imparcial.

- Por favor, rejeite o Projeto de Lei N.º 44/2016, caso contrário os crimes cometidos por militares contra civis poderão ser julgados em tribunais militares.
- Por favor, garanta que qualquer projeto de alteração do sistema de justiça penal cumpra plenamente os padrões internacionais de um processo judicial justo.

Atenciosamente



Botschaft der Föderativen Republik Brasilien, S.E. Herrn [Embaixada da República Federativa do Brasil, S.E. Senhor] Mario Vilalva, Wallstraße 57 10179 Berlin, Fax: 030 - 7262 83 20



Brasília, den februar 2018.

Frau Elisabeth Trampert

Hiermit bestätige ich den Eingang Ihres Dokuments in dieses Generalsekretariat des Präsidiums, das uns vom Vorsitz des Bundessenats weitergeleitet wurde. Wir teilen Ihnen mit, dass Ihre Äußerung dem erwähnten Gesetzentwurf des Abgeordnetenhauses Nr. 44 von 2017 beigefügt wurde, der schon verabschiedet worden ist, und das Gesetz Nr. 13.491 von 2017 zur Folge hatte, welches, die Rechtsverordnung Nr. 1001, vom 21. Oktober 1969 - Militärstrafgesetzbuch, ändert.

Für weitere Informationen steht der Gesetzentwurf zur Verfügung unter:
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126414>.

Hochachtungsvoll,



Brasília, 28 de março de 2018.

Senhora Elisabeth Trampert,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, do documento sem número, de Vossa Senhoria, encaminhado pela Presidência do Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida para juntada ao mencionado Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2016, que já aprovado, gerou a Lei nº 13.491, de 2017, que "Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar".

Para consulta, a matéria encontra-se disponível em:
<http://www.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126414>.

Atenciosamente,


Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa

